



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Procedimento COPAM nº 01844/2005/002/2014

Licença Prévia e de Instalação concomitantes – LP+LI

COPASA – ETE Ventura Luís –Conselheiro Lafaiete/MG

PARECER

1. Introdução

Trata-se de processo administrativo de licenciamento ambiental, em trâmite na Superintendência Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana – SUPRAM/CM, em que figura como empreendedor a Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA em Conselheiro Lafaiete/MG. O empreendimento denominado ETE Ventura Luís tem a atividade principal enquadrada na Deliberação Normativa COPAM 074/2004 sob o código E-03-06-9, tratamento de esgoto sanitário – Estação de Tratamento de Efluentes (ETE) Ventura Luís, classificado como classe 3, porte médio.

Esclarece-se que os autos acima discriminados aportaram nas dependências da Coordenadoria Regional das Promotorias de Justiça do Meio Ambiente das Bacias dos Rios das Velhas e Paraopeba em decorrência de pedido de vista formulado durante a 90ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Rio Paraopeba do COPAM (Conselho Estadual de Política Ambiental de Minas Gerais).

2. Análise

A ETE Ventura Luís se instalará à margem direita do rio Ventura na zona rural do município, ocupando uma área de 26.396m². Conforme PU, atualmente a cobertura por rede coletora de esgotos no município de Conselheiro Lafaiete alcança 86% da população urbana da sede, deste total, 46% são tratados. Para a primeira etapa a vazão de projeto da ETE, será de 70,74 L/s, considerando um consumo médio de água em torno de 145 litros por habitante dia, sendo que a projeção populacional em 2015 corresponde a 48.840 habitantes, enquanto a projeção populacional esperada para 2020 é de 52.614 habitantes. No final da primeira etapa, previsto para o ano 2020, está prevista a ampliação da ETE para que, em final de plano, atenda uma população de até 101.772 habitantes, com vazão média de tratamento de 136,74 L/s.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

O tratamento dos esgotos sanitário proposto para a ETE Ventura Luís se dará em duas fases: uma anaeróbica, constituída por reator anaeróbico do tipo UASB, e a segunda aeróbica, composta por filtros biológicos percoladores e decantadores secundários. A eficiência esperada do sistema, para remoção de Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO), é de 88%.

Na pág. 49 dos autos, consta que a ETE Ventura Luís foi planejada para tratamento dos esgotos provenientes das 13 sub-bacias que integram a bacia do rio Ventura Luís na sede de Conselheiro Lafaiete, abrangendo contribuições domésticas e de infiltração. Quanto às indústrias é informado, que a ETE receberá contribuição do Matadouro e Frigorífico Silva, mas apenas o efluente doméstico gerado na empresa, pois o efluente industrial gerado nesta indústria é tratado pela mesma. Na seqüência conforme pág. 50, quanto à evolução das contribuições da indústria à ETE Ventura será a mesma para o período de 2015-2020, correspondendo a 0,1 L/s.

2.1. Geração de odores ofensivos

Conforme o PU, dentre os impactos aos meios físico e sócio-econômico, tem-se a geração de odores, pois o tratamento biológico de efluentes sanitários pode gerar mau cheiro e causar incômodos à população circunvizinha. O processo de tratamento anaeróbio, naturalmente, gera odores, principalmente devido à formação de gás sulfídrico. O PU complementa dizendo que o processo de tratamento adotado para a ETE Ventura Luís, baseado no emprego de reatores anaeróbios, é passível de geração de odores e que, em razão disso, reator terá laje de cobertura, implantação de sistema de coleta e queima do biogás originado nos reatores anaeróbios e cerca viva que funcionará como barreira física para a dispersão de odores, minimizando sua emissão atmosférica.

Chernicaró *et.al* (2010) destaca que “A emissão de gases odorantes em reatores anaeróbios é um problema de grande importância e, se não resolvido, poderá prejudicar significativamente a aplicação mais ampla da tecnologia anaeróbia no Brasil.”

Nesse contexto, em consulta aos autos, pág 115, é ressaltada a informação de ***que o projeto básico previu a adoção de sistema específico de controle de odor, entretanto não se observa nos autos o referido projeto***, a informação que se tem no PU é que ***a queima***



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

dos gases gerados no reator UASB será adotada ao longo da vida útil do empreendimento (grifo nosso).

Embora existam diversas alternativas para o controle de emissões odorantes, a seleção de uma em particular ou a combinação de tecnologias depende de dois critérios principais: vazão de gás e concentração dos gases odorantes. No entanto, na seleção de alternativas para o controle de emissões odorantes em reatores anaeróbios, diversos outros critérios devem ser considerados, a exemplo de: i) biodegradabilidade dos gases odorantes; ii) características locais, inclusive de recursos humanos; iii) origem das emissões e aspectos de projeto relacionados à captação e condução de gases; iv) concentração relativa de H₂S/CH₄; v) planos para recuperação de energia; vi) objetivos do tratamento.

A decisão sobre qual alternativa adotar para o controle das emissões odorantes deve resultar de um balanço entre critérios técnicos, econômicos e ambientais, levando-se em consideração os aspectos quantitativos e qualitativos de cada alternativa.

Portanto, apenas a simples queima do biogás pode não ser a única e nem a melhor solução para controle efetivo de gases odorantes, sendo importante a avaliação de alternativas técnicas mais efetivas até a operação da ETE Ventura.

Ante o exposto, propomos a inclusão da condicionante:

Condicionante nº---: Apresentar alternativas tecnológicas complementares visando o controle efetivo dos gases odorantes e implementar antes da operação da ETE Ventura Luís, conforme cronograma a mais adequada delas, acompanhado com a respectiva ART. Prazo: Até a formalização da LO.

2.2. Destinação Final de Resíduos Sólidos nas Fases de LI e LO

Quanto ao impacto “*Contaminação do solo e água por resíduos sólidos*”, tem-se na fase de implantação os resíduos gerados no canteiro de obras sendo entulhos, oriundos da construção civil, volume excedente de solo e lixo doméstico. O resíduo doméstico terá destinação final pelo sistema de coleta da Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete, quanto aos resíduos da construção civil e ao volume excedente de solo (18.559,0m³) será transportado e depositado na área do Depósito Municipal Temporário. Para a fase de



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

operação os resíduos domésticos apresentam a mesma destinação, ou seja, a destinação final será feita pelo sistema de coleta da Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete, a mesma destinação será dada aos resíduos verdes (oriundos da poda e capina, estima-se uma geração de 298 m³ a, aproximadamente, cada 45 dias).

Quanto aos resíduos do processo, os quais abrangem os sólidos do tratamento preliminar (material gradeado e areia) e a torta final de lodo desidratado, sendo que a estimativa é que, com a vazão prevista para o final da primeira etapa, a operação da ETE resulte em 1.837,4 m³ por ano de resíduos de processo, é informado que serão encaminhados para **disposição final em área de disposição nos limites da área da ETE Bananeiras**, empreendimento localizado na mesma cidade de Conselheiro Lafaiete e também operado pela COPASA. A ETE Bananeiras obteve Licença de Operação em 03/07/2009. (grifo nosso)

Em consulta à declaração acompanhada de Termo de Compromisso emitida pela Secretaria Municipal de Obras e Meio Ambiente, datada de 08/04/2015 (pág.267 dos autos), a mesma autoriza a COPASA a depositar os resíduos oriundos da construção civil (terra, entulho e restos de vegetação) no Depósito Municipal Temporário, localizado na rua Santa Efigênia, s/nº, bairro Lima Dias II.

Diante dessa informação, ao consultar o SIAM (Sistema de Informações Ambientais) ocorre que para a Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete quanto à atividade de tratamento e/ou disposição final de resíduos sólidos urbanos não consta nenhuma Licença Ambiental, e sim informações sobre alguns Autos de Infração, nos quais foi constatado a ocorrência de disposição final de resíduos sólidos urbanos de forma inadequada (a céu aberto, por exemplo). E sobre o Depósito Municipal Temporário, não há nenhuma licença ambiental, não se sabe se as áreas citadas nos autos acima, para as quais foi constada disposição irregular de resíduos, se trata da mesma área do referido depósito, pois não está disponível a digitalização dos documentos no SIAM.

Quanto à informação do PU de que a partir de 2013 é aguardada a entrada em operação do aterro sanitário da ECOTRES, consórcio público intermunicipal de tratamento de resíduos sólidos constituído pelos municípios de Congonhas, Conselheiro Lafaiete e



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Ouro Branco, realmente consta no SIAM processo de LO formalizado nº00127/2005/005/2013 “aguardando informação complementar”.

Quanto à ETE Bananeiras, para a qual está prevista a destinação final dos resíduos do processo (material gradeado e areia e a torta final de lodo desidratado), no SIAM consta no FCEI (Formulário Integrado de Caracterização do Empreendimento) apresentado no processo de LO e respectiva REVLO apenas a atividade de **“tratamento de esgotos sanitário – F-03-06-9”** não informando a atividade de disposição final de resíduos sólidos.

Nesse contexto, adverte-se que o PU ainda informa que haverá o *manejo adequado do lodo, com previsão da disposição final em área de aterro controlado fora da área do empreendimento*. Ressalta-se aqui que os lixões e aterros controlados não constituem de maneira alguma a forma adequada de disposição de resíduos sólidos, e como descreve os autos pág. 169, que *a disposição inadequada destes resíduos é fonte de contaminação do solo, além de incorrer em outros agravos, tais como a atração de vetores e conseqüente disseminação de doenças*. (grifo nosso).

Conforme legislação ambiental, os resíduos sólidos só podem ter sua destinação a empresas que se encontrem com licenças ambientais **VÁLIDAS**, ou seja, a COPASA não poderá destinar seus resíduos para o Depósito Municipal Temporário da prefeitura de Conselheiro Lafaiete em virtude de não haver licença ambiental, nem tão pouco poderá destinar seus para a ETE Bananeiras caso tal atividade não esteja abrangida em seu processo de LO.

No Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos apresentado nos autos (pág.204) há previsão de que *a COPASA deverá monitorar a disposição final dos resíduos sólidos no empreendimento, devendo remeter anualmente ao órgão ambiental o relatório de geração e destinação final dos mesmos...* (grifo nosso). Quanto a esse monitoramento sugere-se que a frequência de envio de relatório seja **semestral**, desde a fase de implantação da ETE, devendo incluir também relatório da destinação final dos resíduos da construção civil gerados durante as obras.

No PU consta na condicionante nº5 que o empreendedor deverá somente na formalização da LO *encaminhar cópia do contrato ou documento que comprove a*



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

destinação dos resíduos da construção civil e demais resíduos sólidos para local ambientalmente regularizado. (grifo nosso)

Consoante ao fato de que haverá geração de resíduos da construção civil durante as obras e demais resíduos sólidos durante as obras e durante a operação da ETE, **propõe-se alteração da condicionante nº 5 do ANEXO I do PU:**

Condicionante nº---: *Encaminhar cópia do contrato ou documento que comprove a destinação dos resíduos da construção civil e demais resíduos sólidos para local ambientalmente regularizado. PRAZO: 30 (trinta) dias após a concessão da licença.*

2.3. Canteiro de Obras

Tendo em vista a preservação ambiental da área proposta onde haverá intervenção para instalação da ETE Ventura Luís, solicita-se **alteração/observação** no **prazo** para cumprimento da **condicionante nº2, do ANEXO I do PU**, devendo onde se lê **60 dias após a concessão da LP+LI**, substituir por **anteriormente a qualquer intervenção na área, sendo o prazo máximo de entrega 60 dias após a concessão da LP+LI**, passando então a referida condicionante se apresentar da seguinte forma:

Condicionante nº 2 do ANEXO I do PU: Apresentar Projeto do Canteiro de Obras, incluindo definição dos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e de coleta, segregação e disposição final de resíduos sólidos gerados durante as obras. ***Prazo: antes da realização de qualquer intervenção na área, sendo o prazo máximo de entrega 60 dias após a concessão da LP+LI***

2.4. Manutenção na área da ETE de seu Manual de Operação

Na pág. 189 dos autos, informa que a COPASA mantém em todas suas estações de tratamento o *Manual de Operação* relacionado às boas práticas na operação das unidades,



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

e os procedimentos aplicáveis às situações adversas (panes, emergências, etc.), a própria COPASA ressalva que deverá disponibilizar este Manual de Operação antes do início de sua operação, nesse caso para a operação da ETE Ventura Luís. Sendo assim propõe-se a condicionante abaixo:

Condicionante nº---: Apresentar o Manual de Operação da COPASA relacionado às boas práticas na operação, e os procedimentos aplicáveis às situações adversas, referente à operação da ETE Ventura Luís. Prazo: Na formalização da LO.

2.5. Reserva Legal

Na pág. 291 dos autos, em resposta à solicitação de informações complementares à SUPRAM-CM, o empreendedor quando solicitado a apresentar documento de averbação de reserva legal da área proposta para implantação da ETE, sendo a referida área parte da propriedade de Fernando de Oliveira Silva, é informado que a COPASA possui a Escritura Pública de Concessão de Direito Real de Uso do imóvel de 2,31ha, de 25/05/2015, onde será instalada a ETE, informando ainda que conforme novo código florestal, Lei nº12.651/2012, art.18, “o registro da Reserva Legal no CAR desobriga a averbação no Cartório de Registro de Imóveis...”.

Na pág. 307 dos autos, apresenta inclusive cópia do Cadastro Ambiental Rural (CAR) da área descrita na escritura citada acima, e em consulta ao documento, observa-se que não foi declarada nenhuma área destinada à Reserva Legal. Novamente com base no novo código florestal, Lei nº12.651/2012, art.12, §6º, argumenta que “Os empreendimentos de abastecimento público de água e tratamento de esgoto não estão sujeitos à constituição da Reserva Legal.”.

Nesse mesmo contexto, de acordo com a pág. 21 do PU repete-se a argumentação acima, informando: ***conforme a Lei Estadual 20.922/2013, os empreendimentos de tratamento de esgoto, não estão sujeitos à constituição de Reserva Legal.*** O referido dispositivo da Lei Estadual nada mais é do que uma cópia do §6º, do art. 12 da Lei 12.651/12. (grifo nosso).



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Estranha-se que o próprio PU informa que *o projeto da ETE Ventura Luís foi concebido pela ECOPLAN Engenharia Ltda, em 2003,...*, ou seja, muito antes do novo código florestal, Lei nº 12.651/2012, **logo a área de Reserva Legal já estava prevista quando da elaboração do projeto da ETE em 2003**, ressalta-se ainda que a própria SUPRAM-CM pelo menos a princípio, apresenta um entendimento contrário à previsão de dispensa de Reserva Legal a empreendimentos de tratamento de esgoto, demonstrando isso ao solicitar conforme ofício de 27/07/2015 (pág.285 dos autos) que o empreendedor **apresentasse documento de averbação de Reserva Legal da matrícula da propriedade na qual será implantada a ETE Ventura Luís**. (grifo nosso)

Não existe qualquer relação técnica ou científica entre a atividade desenvolvida no imóvel rural e a necessidade de preservação da Reserva Legal. Tal dispensa visa apenas “flexibilizar” o licenciamento das atividades supramencionadas.

Por acaso os imóveis que abrigam estações de tratamento de esgoto possuem menos necessidade de manutenção representativa do bioma do que as demais propriedades do País? O fato de existir uma ETE, por acaso, afasta os processos ecológicos essenciais desempenhados pelas Reservas Legais, nos termos do art. 3º, III, da própria Lei 12.651/12?

Art. 3º (...)

III - Reserva Legal: área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, delimitada nos termos do art. 12, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa;

A dispensa de Reserva Legal prejudica a manutenção e a recuperação de processos ecológicos essenciais e implica em utilização de imóveis rurais de forma a comprometer os atributos que justificam a existência da reserva legal (conservação e reabilitação dos processos ecológicos, conservação da biodiversidade, abrigo e a proteção de fauna silvestre



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

e da flora nativa). Portanto, o aludido §6º. do art. 12 da Lei 12.651/12 é **FLAGRANTEMENTE INCONSTITUCIONAL**, por violação ao art. 225, §1º, I e III da Constituição Federal:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas; (grifo nosso)

(...)

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção; (grifo nosso)

Esta Unidade Regional Colegiada deve coerência ao Ordenamento Jurídico como um todo, cujo cerne é o respeito à Constituição Federal. Se o legislador ordinário, por meio do equivocado art. 12, §6º da Lei 12.651/12 cometeu violações à Constituição Federal, não deve este colegiado seguir passivamente tal violação ao ordenamento jurídico, mas sim pautar-se por uma interpretação constitucional de seus artigos.

Cumpre destacar que o precitado art. 12, §6º da Lei 12.651/12 é objeto da Ação Direta de Inconstitucionalidade 4903. Destacamos esclarecedor trecho da referida ADI:

59. A dispensa de constituição de reserva legal na forma prevista nos dispositivos normativos acima transcritos constitui redução indevida e injustificada do padrão de proteção ambiental. Isso porque o que justifica a existência da reserva legal é a localização



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

do imóvel em zona rural, independentemente da atividade a ser exercida.

60. Ademais, se a eventual implantação dos empreendimentos de que trata a norma provoca redução das áreas com vegetação nativa que seriam mantidas como reserva legal, deve ser exigida, no processo de licenciamento ambiental, a devida compensação, mediante a preservação de área equivalente, ainda que isso demande a aquisição de outras áreas. A dispensa trazida pelo art. 12, §§ 6º, § 7º e §8º diminuirá as funções ecossistêmicas das propriedades afetadas e prejudicará a conservação de biomas em extensas áreas.

61. A previsão de dispensa de constituição de reserva legal viola, portanto, a exigência constitucional de reparação dos danos causados, o dever geral de proteção ambiental previsto no art. 225 da Constituição da República, a exigência constitucional de que a propriedade atenda sua função social, além do princípio da vedação do retrocesso em matéria socioambiental.

Ante o exposto, manifesta-se o Ministério Público pela inclusão da seguinte condicionante:

Condicionante nº---: Registrar no Cadastro Ambiental Rural as reservas legais correspondentes a 20% da área do imóvel no qual será instalada a ETE Ventura Luís e que são de posse/propriedade da COPASA em Conselheiro Lafaiete. Prazo: até a formalização do pedido de LO.

3. Conclusão

Manifesta-se o **MINISTÉRIO PÚBLICO** pelo **DEFERIMENTO** da Licença Ambiental na fase de Licença Prévia concomitante com Licença de Instalação (LP+LI), para o empreendimento Estação de Tratamento de Efluentes (ETE) Ventura Luís para a atividade de tratamento de esgoto sanitário sob a responsabilidade da Companhia de



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Saneamento de Minas Gerais – COPASA em Conselheiro Lafaiete/MG, conforme Procedimento COPAM nº 01844/2005/002/2014, desde que acrescidas e alteradas as condicionantes sugeridas no presente Parecer de Vista.

É o parecer.

Belo Horizonte, 21 de outubro de 2015.

MAURO DA FONSECA ELLOVITCH

Promotor de Justiça

Coordenador Regional das Promotorias de Justiça do Meio Ambiente das Bacias dos Rios das Velhas e Paraopeba